



Análise Social, 228, LIII (3.º), 2018, 624-651

A fecundidade (quase) final das mulheres residentes em Portugal e nascidas entre 1964 e 1968 – uma análise por coorte. Parte do sustentado declínio da fecundidade portuguesa tem sido explicado pelas alterações do calendário reprodutivo, não se sabendo, contudo, em que medida o adiamento da fecundidade poderá vir a influenciar a fecundidade final dos indivíduos. Neste âmbito, este artigo propõe-se analisar a fecundidade final de uma coorte de mulheres, tomando em consideração o seu nível de escolaridade, a sua idade à entrada na maternidade e o diferencial entre a fecundidade desejada ao longo da vida e a fecundidade realizada.

PALAVRAS-CHAVE: fecundidade concluída; fecundidade desejada; fecundidade renunciada; adiamento.

Liberdade de escolha e concorrência na educação: uma controvérsia sem fim à vista. Part of the consistent decline of Portuguese fertility has been explained by the changes in the reproductive calendar, not knowing, however, to what extent the fertility postponement is likely to influence the completed fertility of individuals. In this context, this article aims to analyse the ultimate fertility of a cohort of women, taking into account their level of education, their age at birth of first child and the gap between the desired fertility over a lifetime and the achieved fertility.

KEYWORDS: achieved fertility; desired fertility; forego fertility; postponement.

ANDRÉIA MACIEL

MARIA FILOMENA MENDES

RITA FREITAS

A fecundidade (quase) final das mulheres residentes em Portugal e nascidas entre 1964 e 1968 – uma análise por coorte

A EVOLUÇÃO RECENTE DA FECUNDIDADE PORTUGUESA

Desde meados do século passado que a sociedade portuguesa tem atravessado um amplo processo de transformações sociais e económicas, concomitantes com um contínuo e acentuado processo de declínio da fecundidade – ainda sem sinais visíveis de uma completa inversão desta tendência – que vem impondo ao país um acentuado processo de envelhecimento demográfico.

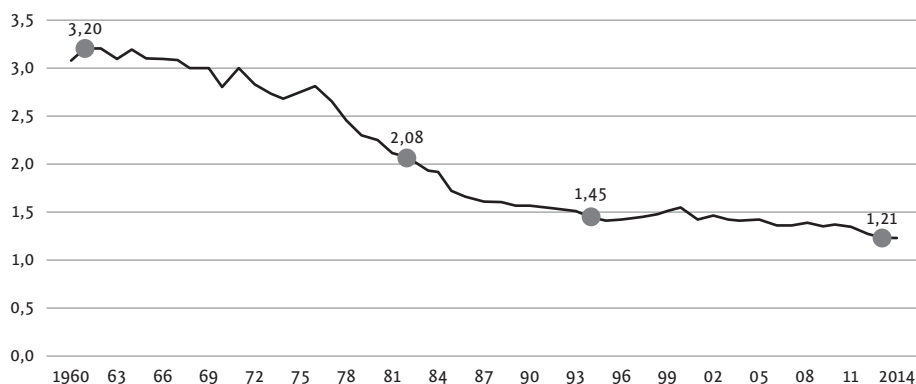
Embora em alguns períodos de tempo bastante localizados a fecundidade portuguesa tenha dado sinais de inversão da sua tendência de declínio, ela voltaria a diminuir nos anos seguintes, como por exemplo no período imediatamente posterior à Revolução de 25 de Abril de 1974 e no período que antecedeu a viragem para o século XXI. Este contínuo declínio fez com que o Índice Sintético de Fecundidade (ISF)¹ em Portugal decrescesse de cerca de 3,2 filhos por mulher no início da década de 1960 para apenas 1,21 filhos em 2013 – o valor mais baixo alguma vez registado – colocando Portugal no *ranking* dos países com as menores taxas de fecundidade da Europa e do mundo, segundo o relatório do *Population Reference Bureau* (2013).

Na sua trajetória de declínio, 1982 marca o ano em que o valor do ISF caiu pela primeira vez abaixo do limiar necessário para assegurar a substituição das

1 O ISF é um indicador que mede o número médio de filhos tidos por mulher em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos completos) num determinado ano, admitindo que as taxas de fecundidade por idade observadas no ano em análise se manterão constantes ao longo do curso de vida fértil dessas mulheres.

gerações, que nas atuais condições de mortalidade dos países europeus é de 2,1 filhos por mulher. Em 1994 a fecundidade atingiu pela primeira vez um nível inferior a 1,5 filhos por mulher (*low-fertility*), valor considerado preocupante para a sustentabilidade populacional (Mendes, 2012), e o ano de 2012 assinala o momento em que o ISF cai abaixo do limiar crítico de 1,3 filhos por mulher, convencionalmente chamado de “*lowest-low fertility*” conforme terminologia adotada por Kohler, Billari e Ortega (2002).

FIGURA 1
Índice sintético de fecundidade (ISF), Portugal, 1960-2014



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A INFLUÊNCIA DO TEMPO E DO QUANTUM

De acordo com os pressupostos da teoria da Segunda Transição Demográfica (STD), o declínio da fecundidade verificado na Europa ao longo das últimas décadas resulta das transformações socioeconómicas que influenciaram intimamente os itinerários reprodutivos e a “posição”² dos filhos na organização familiar.

Uma das premissas centrais da STD repousa no contínuo adiamento dos projetos parentais – convencionalmente chamado de efeito *tempo*, que designa o momento do nascimento dos filhos (Kohler, Billari e Ortega, 2002) – em ambos os sexos para idades cada vez mais tardias, através do controlo massivo da fecundidade tanto dentro quanto fora do casamento (Mendes, 1987, 2012;

2 Por “posição” dos filhos referimo-nos a uma infância e criação com maiores recursos e menores restrições, primando sempre por um maior bem-estar, ainda que às expensas da redução do número de filhos.

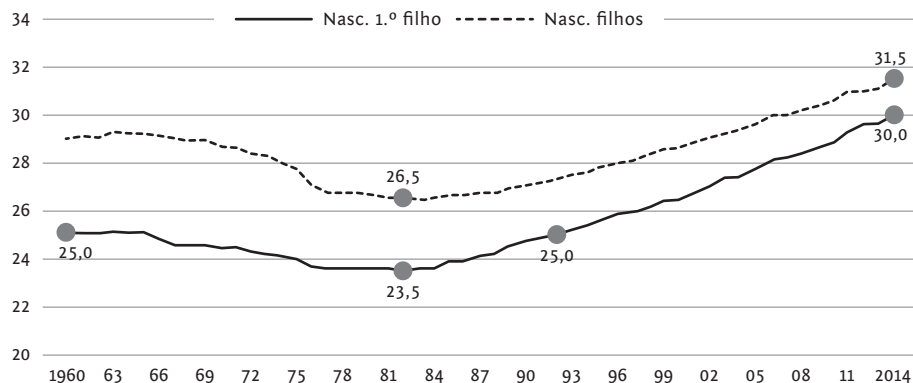
Morgan, 1991; Van de Kaa, 2002), facilitado pela disponibilidade e difusão de métodos contraceptivos eficazes (Hakim, 2003, 2008; Goldin, 2006; Adsera, 2006a; Kohler, Billari e Ortega, 2006; Rowland, 2007; McDonald, 2008).

A consolidação deste padrão reprodutivo mais tardio vem sendo em grande parte explicado pela instabilidade no mercado de trabalho e consequente elevação da incerteza ao nível económico (Livi-Bacci, 2001; Billari e Kohler, 2002; Billari, 2004; Adsera, 2005, 2006a; 2011a; Philipov, 2009; Cunha, 2012a e 2012b), bem como pelo prolongamento dos percursos escolares e consecutivo adiamento da saída da casa dos pais, com efeitos sobre a idade na entrada na conjugalidade (Almeida et al., 1998; Reher, 1998; Dalla Zuanna, 2001; Billari e Kohler, 2002; Van de Kaa, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007; Mills et al., 2011; Ajzen e Klobas, 2013).

Outra característica comumente referida como conducente às atuais baixas taxas de fecundidade relaciona-se com as profundas transformações que a “posição” dos filhos tem vindo a sofrer ao longo do tempo (Gauthier, Smeedeng e Furstenberg, 2004; Giddens, 2006). Conforme referiu Johansson (1997), o objetivo dos pais ao reduzir a sua fecundidade tanto outrora como atualmente é manter um adequado padrão de vida para a família em geral e para os filhos em particular e, simultaneamente, evitar a sua mobilidade social descendente (Downey, 1995).

Se no passado as descendências numerosas eram praticamente inevitáveis (Hakim, 2003) não só devido à ausência de uma contraceção eficaz, mas também porque eram essenciais ao bom funcionamento da vida familiar (Kirk, 1996; Bauman, 2004; Cunha, 2007), nos anos mais recentes a chegada dos

FIGURA 2
Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho e ao nascimento dos filhos (todas as ordens), Portugal, 1960-2014



filhos ocorre de modo planejado com vista a satisfazer expectativas emocionais, psicológicas e afetivas (Mendes, 1987; Cunha, 2005b, 2007; Sobotka, 2008).

Entre 1960 e 1982 observa-se uma redução gradual da idade em que as mulheres tendem a entrar na maternidade, sendo que 1982 marca o ano em que a idade média ao nascimento do primeiro filho atingiu o seu mais baixo valor: 23,5 anos. Logo, parece claro que o decréscimo do ISF no início do período em questão foi marcado pelo rejuvenescimento da fecundidade e não pelo seu adiamento. A idade média ao nascimento do primeiro filho só voltaria a apresentar valores idênticos aos verificados no início da década de 1960 no ano de 1992, sendo que a partir de então tem vindo a aumentar progressivamente, como se observa pela figura 2, não tendo ainda cessado a tendência de aumento.

Ao longo do período em análise verifica-se ainda a aproximação entre a idade média ao nascimento do primeiro filho (30 anos) e a idade média ao nascimento de todos os filhos (31,5), sendo que em 2014 a diferença entre ambas as idades foi de apenas 1,5 anos, com a idade média ao nascimento do primeiro filho apresentando o seu mais alto valor. Considerando as baixas taxas de fecundidade que caracterizam a sociedade portuguesa, este estreitamento da diferença entre ambas as idades representa um contínuo decréscimo das ordens de paridade mais elevadas, podendo indicar ainda que as mulheres estão a ter, na generalidade, um único filho e que aquelas que decidem ter mais do que um filho fazem-no, na sua maioria, com reduzidos intervalos de tempo entre nascimentos.

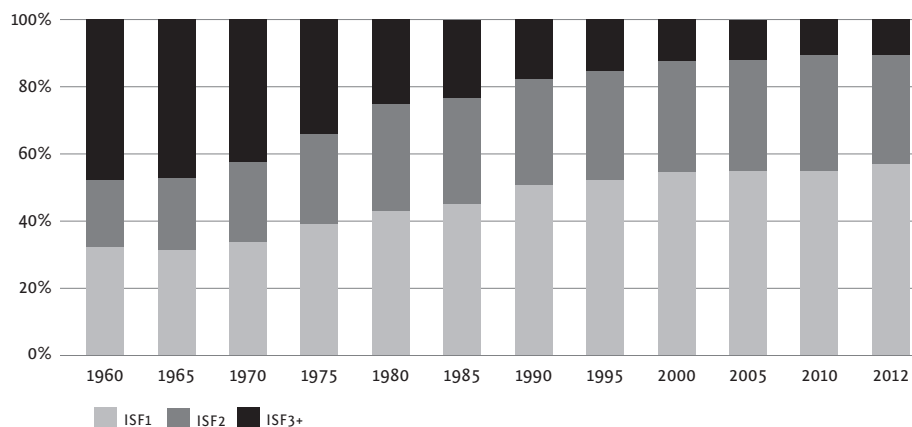
Como a diminuição do *quantum* da fecundidade (número de filhos tidos) tende a ocorrer sobretudo nas paridades mais elevadas (Bongaarts, 1998; Bongaarts e Feeney, 1998), a idade média para todos os nascimentos tende a não representar os verdadeiros efeitos do *tempo* (calendário da fecundidade). Assim, ainda que as idades médias de todas as ordens de paridade aumentassem, face à diminuição dos nascimentos das ordens mais elevadas, a idade média de todos os nascimentos tenderia a refletir o maior peso da primeira (principalmente) e segunda ordens de paridade (Bongaarts e Feeney, 1998; Lesthaeghe e Willems, 1999), como se depreende da figura 3.

A soma dos valores do ISF1, ISF2 e ISF3+ corresponde ao valor do ISF total verificado em cada ano, sendo que o ISF1 representa a contribuição da primeira ordem de paridade para o ISF total de cada ano e assim sucessivamente (figura 3). Assim, o ISF total encontra-se representado pela soma dos ISF correspondentes às diferentes ordens de paridade, sendo que cada uma delas assume uma determinada proporção.

Como argumentaram Bongaarts e Feeney (1998) e Lesthaeghe e Willems (1999), observa-se um contínuo aumento do peso da primeira ordem de nascimento em simultâneo a uma acentuada redução do peso da terceira ou posteriores ordens. Até meados da década de 1960, quando o ISF ainda se

FIGURA 3

Contribuição das diferentes ordens de nascimento, Portugal, 1960- 2012



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Human Fertility Database (disponível em www.humanfertility.org).

situava um pouco acima de 3 filhos por mulher, os nascimentos de terceira ou de ordens superiores contribuíam para este valor com 1,5 filhos, representando aproximadamente 50% do ISF total. Já em 2012, quando o ISF era de 1,28 filhos por mulher, o peso da terceira ou superiores ordens de nascimentos contribuíram somente com 0,14 filhos, reduzindo a sua participação para o ISF total a aproximadamente 11%.

Dada a diminuição dos nascimentos nas ordens de paridade mais elevadas, os nascimentos de primeira ordem, e em menor extensão também os nascimentos de segunda ordem, têm vindo a aumentar o seu peso relativo para o ISF total. Os nascimentos de primeira ordem passaram de uma contribuição de aproximadamente 32% em 1960, quando contribuíam com 1,01 filhos (ISF igual a 3,1 filhos), para quase 60% em 2012, quando passaram a contribuir com 0,73 filhos (ISF igual a 1,28).

Tal como salientou Sobotka (2004), embora o ISF seja geralmente o indicador mais utilizado para medir o nível de fecundidade num dado momento, ele pode fornecer impressões enganosas sobre as tendências da fecundidade em termos do número de nascimentos por mulher. Isto ocorre porque este indicador toma em consideração a fecundidade verificada num dado momento do tempo, numa geração hipotética de mulheres, que supostamente viveria conforme o padrão etário da fecundidade verificado naquele mesmo momento (Easterlin, 1976; Bongaarts e Feeney, 1998; Bongaarts, 2002; Oliveira, 2012) e não a fecundidade concluída pelas coortes. Isto faz com que as distorções provocadas pelas tendências do efeito *tempo* – adiamento ou rejuvenescimento

da fecundidade – possam dissimular as tendências do *quantum*, tornando o indicador sujeito a enviesamentos (Bongaarts, 1998, 2002; Mendes, 2012).

Quando a idade média da fecundidade aumenta continuamente, o efeito *tempo* torna-se negativo, tendendo a deprimir o ISF. Por outro lado, quando a idade média diminui em vários anos consecutivos, o efeito *tempo* passa a ser positivo e tende a sobrevalorizar o ISF verificado naquele momento (Bongaarts, 2002). Em qualquer dos casos, estes efeitos contribuem para dissimular as tendências do *quantum*.

A FECUNDIDADE (QUASE) FINAL DA COORTE DE MULHERES NASCIDAS ENTRE 1964 E 1968

Se, por um lado, parece unânime o entendimento de que o efeito mais proeminente do adiamento da maternidade para idades cada vez mais tardias é o de deprimir as taxas de fecundidade do momento (Bongaarts, 1998, Lesthaeghe e Willem, 1999; Qu, Weston e Kilmartin, 2000; Van de Kaa, 2002; Balbo, Billari e Mills, 2012; Wilson, 2013), por outro lado, os seus reais efeitos no término da vida reprodutiva ainda continuam sendo palco de incerteza.

Caso os nascimentos adiados sejam recuperados nas idades mais tardias, não originando renúncias ainda que parciais, os efeitos do adiamento serão apenas temporários (Bongaarts, 1998; Bongaarts e Feeney, 1998; Lesthaeghe e Willems, 1999; Sobotka, 2004; Frejka e Sobotka, 2008; Goldstein, Sobotka e Jasilioniene, 2009). Contudo, se parte dos nascimentos adiados forem renunciados (Billari e Kohler, 2002), os efeitos do adiamento serão bem mais intensos (Lesthaeghe e Willems, 1999; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010).

Sabendo-se que a fecundidade do período pode ser afetada pelos efeitos do *tempo*, o objetivo da análise seguinte será examinar, a partir dos dados do Inquérito à Fecundidade (IFEC2013)³, a fecundidade de uma coorte de mulheres com idades entre 45 e 49 anos (nascidas entre 1964 e 1968) que estavam praticamente a findar ou tinham mesmo concluído o seu período reprodutivo em 2013, já que a sua intenção de ainda vir a ter filhos era apenas marginal.

Segundo os dados do IFEC2013⁴, 97,5% destas mulheres já não planeavam ter (mais) filhos: apenas 2,5% ainda pretendiam aumentar a sua

3 O IFEC2013 foi realizado no âmbito de um protocolo celebrado entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

4 Todas as análises realizadas com os dados do ifec2013 utilizam os ponderadores fornecidos pelo INE. Tais ponderadores podem ser interpretados como o número de indivíduos na população que são representados por um indivíduo em particular, possibilitando uma aproximação da amostra com as suas reais proporções na população, o que contribui para obter estimativas mais precisas.

fecundidade.⁵ Dada a sua fraca intenção de vir a ter (mais) filhos, consideramos que a fecundidade desta coorte de mulheres representa o número médio de nascimentos por mulher no final dos seus anos férteis (Bongaarts, 2002) estando, portanto, livre das distorções do *tempo* (Bongaarts e Sobotka, 2012).

QUADRO 1

Ordens de paridade entre as mulheres 45 a 49 anos, Portugal, 2013

Observações	Ordens de paridade				
	0 filhos	1 filho	2 filhos	3 ou+ filhos	Total
(N)	45.994	114.708	165.411	47.684	373.797
%	12,3	30,7	44,2	12,8	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Acerca do comportamento reprodutivo desta coorte de mulheres importa destacar a taxa de incidência de pessoas sem filhos (infecundidade por escolha ou circunstância), a incidência de filhos únicos, o modelo normativo de dois filhos e as descendências alargadas (3 ou mais filhos). Como se observa no quadro 1, a maternidade integra o percurso da extrema maioria destas mulheres sendo a situação mais comum ter dois filhos, embora as descendências únicas se registem em cerca de $\frac{1}{3}$ destas mulheres.

Não obstante a elevada taxa daquelas que transitaram para a maternidade, a proporção das que não transitaram (12,3%) tem um valor muito próximo daquelas que tiveram descendências alargadas (12,8%). Os valores observados nas diferentes ordens de paridade são similares às estimativas realizadas por Oliveira (2012), nas quais a autora estimou que em 2009 cerca 14% das mulheres chegariam ao termo da sua vida reprodutiva sem terem experimentado a maternidade, enquanto 86% conseguiriam ter ao menos um nascimento e apenas 44% um segundo nascimento.

A AUSÊNCIA DE FILHOS E AS DESCENDÊNCIAS DE FILHO ÚNICO: FECUNDIDADE DESEJADA OU FECUNDIDADE RENUNCIADA?

Embora a proporção de mulheres sem filhos em Portugal (12,3%) ainda esteja distante das elevadas proporções apresentadas em muitos outros países europeus (Frejka, 2008; Oliveira, 2012), importa interrogar quais são aquelas que

5 Para as mulheres (45-49 anos) apenas se observam intenções de fecundidade entre aquelas com “até ao ensino básico” (0,2%) e ensino secundário (2,3%).

QUADRO 2

Distribuição percentual entre as mulheres 45 a 49 anos, sem filhos, segundo o desejo de ter filhos ao longo da vida, Portugal, 2013

	Desejou ter filhos						Total
	Sim				Não	Não pode ter filhos	
	E tenciona tê-los	Não tenciona tê-los	Indecisas sobre tê-los	(Total)			
(N)	888	18.425	1.420	(20.733)	15.784	9.477	45.994
%	1,9%	40,1%	3,1%	(45,1%)	34,3%	20,6%	100,0%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

abandonaram os seus projetos parentais e quais tinham como decisão não experienciar a maternidade.

De entre as que não transitaram para a maternidade, excetuando-se aquelas (20,6%) que reportaram não poder ter filhos (infecundidade por condição), pouco mais de 1/3 destas mulheres relataram não ter desejado filhos ao longo da sua vida reprodutiva⁶ (infecundidade por escolha), 45,1% apesar de ter aspirado a maternidade não tiveram filhos e 40,1% parecem ter abandonado o seu projeto maternal.

Daquelas mulheres sem filhos (12,3% sendo N=45.994, conforme quadro 1), apenas 4,2% (N=15.784) não pretendiam de facto ter filhos, 4,9% (N=18.425) – por alguma razão ou circunstância – abandonaram o seu projeto parental, 0,4% (N=1.420) encontravam-se indecisas, cerca de 0,3% destas (N=888) ainda desejavam a maternidade e 2,5% (N=9.477) relataram não poder ter filhos, não se sabendo neste caso se esta foi uma circunstância adquirida ao longo do ciclo reprodutivo (i. e., problemas de infertilidade devido ao avançar da idade ou outros problemas de saúde que acabaram por se tornar impeditivos para a gravidez) ou se, pelo contrário, foi uma condição que perdurou durante todo o seu período reprodutivo.

Considerando os valores apresentados no quadro 2, a infecundidade parece advir de possíveis adiamentos e não apenas do desejo de construir um projeto de vida que exclua a presença de filhos, uma vez que se todas aquelas mulheres que desejaram ter filhos os tivessem tido (5,4%)⁷ a proporção de *childlessness* seria apenas de cerca de 7% e não de 12,3% (ou 12% se subtrairmos aquelas que

6 Tal como definem INE/FFMS (2014) e Mendes *et al.* (2015) a “fecundidade desejada” refere-se ao número de filhos biológicos que as pessoas desejaram ter ou ter tido, ao longo da sua vida.

7 Percentual das mulheres (45-49 anos) que desejaram ter filhos e não tencionam mais tê-los, acrescido do percentual das que se encontram indecisas sobre ter (ainda) filhos.

ainda pretendem entrar na maternidade), como verificado. Assim, embora a maternidade continue a ser extremamente desejada e alcançada pela grande maioria da população portuguesa (Cunha, 2012b), é importante salientar que a fração de mulheres que conseguem alcançá-la é inferior à daquelas que a desejaram.

Num exercício similar, procura-se olhar para as mulheres que deverão terminar o seu período com apenas um filho para se perceber se este era o seu desejo inicial ou, se pelo contrário, se trata antes de uma fecundidade parcialmente renunciada. Neste caso, a fecundidade daquelas que desejaram ter mais do que um filho ao longo do seu período reprodutivo, mas que tiveram apenas um e não tencionam ter mais filhos é considerada como “fecundidade renunciada”.⁸

QUADRO 3

Distribuição percentual entre as mulheres 45 a 49 anos, com apenas um filho, segundo a fecundidade desejada ao longo da vida, Portugal, 2013

		N (obs.)	%
Desejou ter mais que um filho	Sim e tenciona tê-lo	361	0,3
	Sim, mas não tenciona tê-lo	78.079	68,1
	Não e não tenciona ter	26.221	22,9
Sem dimensão definida e sem intenção		1.007	0,9
Não pode ter mais filhos		9.040	7,9
Total		114.708	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Também se verifica que o desejo de ter apenas um filho não fazia parte dos planos reprodutivos da maioria destas mulheres: cerca de 68% desejaram ter uma descendência de dois ou mais filhos, enquanto cerca de 23% reportaram ter desejado um único filho. Tal valor (23%) é bastante próximo daquele encontrado por Maciel (2015), onde a autora estimou que 25% dos residentes em Portugal, com idades entre os 18 e os 54 anos⁹, planeiam ter como descendência final apenas um único filho.

8 Considerou-se como “fecundidade renunciada” as observações em que já não havia intenções de ter filhos entre as mulheres cuja fecundidade desejada ao longo da vida era superior à fecundidade realizada, estando excluídas da análise as mulheres que não podiam ter (mais) filhos, para as quais o IFEC2013 não questionou os motivos apresentados no quadro 4.

9 As análises de Maciel (2015) incidem sobre mulheres com idades entre os 18 e os 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, inquiridos pelo IFEC2013.

É reduzida a proporção (0,3%) de mulheres que ainda pretende aumentar a sua família e elevada a proporção daquelas que abandonaram o projeto de ultrapassar as descendências únicas (68,1%), sendo esta proporção inclusive superior à daquelas que desejando ser mães não tiveram nenhum filho (40,1%, conforme o quadro 2).

À luz destes resultados, as descendências de filho único mais parecem resultar das trajetórias percorridas por estas mulheres do que propriamente do desejo por uma dimensão familiar mais restrita. Para aquelas que reportaram não poder ter mais filhos, não existe informação se a descendência de filho único fazia parte dos seus projetos de fecundidade ou se, pelo contrário, ela resultou da sua incapacidade de ter mais filhos.

Assim, tudo sugere que a ausência de filhos para uma fração considerável destas mulheres, bem como os nascimentos renunciados entre aquelas que desejaram transpor as descendências de filho único, parecem ser o resultado de consecutivos adiamentos (Morgan, 1991; Weston e Qu, 2001; Merz e Liefbroer, 2010), seguidos por uma maior relutância em procriar nas idades mais tardias (Rowland, 1998, 2007), quando os limites sociais se podem fazer sentir mais intensamente, uma vez que a maioria daquelas com “fecundidade renunciada” considera não ter mais idade para ter filhos (quadro 4). Para aquelas que não chegaram a transitar para a maternidade, 54% referiram como motivo importante já não ter idade para ter filhos, já entre as que tiveram apenas um filho este percentual situa-se na ordem dos 70%.

A análise da fecundidade renunciada entre estas mulheres sugere uma resignação com a fecundidade que se conseguiu atingir até então, uma vez que uma fração notável considera já ter os filhos que quer, mesmo tendo desejado um maior número de filhos do que aqueles efetivamente tidos.

Ao comparar estes 4,2% de mulheres que revelaram o desejo de não experienciar a maternidade relativamente aos 4,8% do total de inquiridas do IFEC2013 (Maciel, 2015)¹⁰, o desejo de construir projetos de vida à margem da criança parece permanecer relativamente reduzido. Contudo, considerando o percentual de mulheres que desistiram de transitar para a maternidade ou de alargar a sua descendência, o prognóstico para os anos vindouros é o de que o *childlessness*, bem como as descendências de filho único, possivelmente, irão aumentar.

Como lembraram Livi-Bacci (2001), Berrington (2004) e Testa (2007), as mulheres que, por alguma razão, não encontram o momento adequado para

10 Segundo Maciel (2015), dos 8,3% dos residentes em Portugal que esperam permanecer sem filhos no termo da sua vida reprodutiva, 4,8% pertencem ao sexo feminino, tendo estas mulheres idades compreendidas entre os 18 e os 49 anos.

QUADRO 4

Fecundidade renunciada percentual dos motivos para não ter (mais) filhos entre as mulheres 45 a 49 anos, Portugal, 2013

Motivos	Sem filhos (N=18.425)		Com 1 filho (N=78.078)		Com 2 ou+ filhos (N=77.083)	
	Importante		Importante		Importante	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	%	%	%	%	%	%
Custos financeiros associados a ter filhos	66,2	33,8	77,4	22,6	80,4	19,6
Não ter idade para ter filhos	54,0	46,0	70,2	29,8	62,8	37,2
Dificuldade para conseguir emprego	50,9	49,1	57,4	42,6	45,1	54,9
Problemas de saúde	39,4	60,6	34,2	65,8	31,2	68,8
Gravidez e parto são difíceis para as mulheres	22,6	77,4	27,3	72,7	26,6	73,4
Cônjuge/companheiro não quer	17,1	82,9	24,9	75,1	20,2	79,8
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho	16,9	83,1	25,7	74,3	26,0	74,0
Problemas associados à educação de uma criança	15,0	85,0	37,8	62,2	25,2	74,8
Dificuldade de conciliar vida familiar e vida profissional	13,3	86,7	30,3	69,7	33,4	66,6
Falta de espaço na habitação	7,3	92,7	19,4	80,6	14,1	85,9
Menos tempo para outras coisas importantes na vida	5,8	94,2	18,6	81,4	17,1	82,9
Já tem os filhos que quer	—	—	50,5	49,5	68,2	31,8

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE) Nota: estão excluídas as mulheres que não podem ter (mais) filhos, para as quais tais questões não foram colocadas.

terem o primeiro filho ou para ampliarem a sua família, deverão terminar o seu período reprodutivo com menos filhos do que desejaram e algumas, ao que tudo indica, não chegarão a experimentar a maternidade.

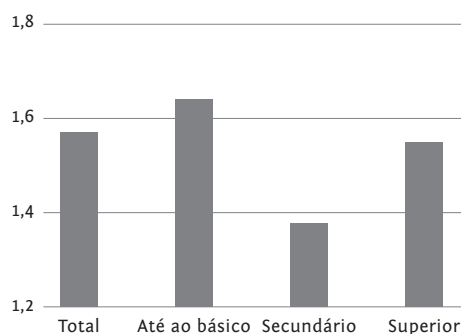
Sendo a proporção de mulheres que renunciou aos seus projetos parentais (parcial ou totalmente) mais elevada do que a proporção daquelas cujos planos não incluía a presença de filhos ou incluía a presença de apenas um filho, as distorções demográficas provocadas pelo adiamento da fecundidade sugerem ter um impacto considerável não apenas nos níveis da fecundidade de momento, mas também na fecundidade final dos indivíduos.

FECUNDIDADE CONCLUÍDA E O SEU DIFERENCIAL RELATIVAMENTE À FECUNDIDADE DESEJADA

A análise segundo o nível de escolaridade permite ainda elucidar a relação entre a fecundidade concluída e os capitais escolares. Quando medimos a fecundidade realizada¹¹, ou seja, o *quantum* dos filhos efetivamente tidos, em média, por estas mulheres, constatamos que a sua fecundidade é bem diferente dos valores demonstrados pelo ISF. Embora a fecundidade realizada pelas mulheres residentes em Portugal (1,57 filhos, conforme figura 4) esteja distante de atingir o limiar mínimo necessário para garantir a renovação das gerações – o que por seu turno reflete uma redução do *quantum* – ela revela-se bastante superior ao ISF do ano de 2014 que reportava um valor de apenas 1,23 filhos. Confirma-se assim que a fecundidade final por coorte não é tão baixa como sugere o ISF (Bongaarts, 1998; Bongaarts e Feeney, 1998; Mendes, 2012).

Assim, apesar destas mulheres terem uma fecundidade abaixo do limiar necessário para assegurar a renovação das gerações, a sua fecundidade ainda se encontra acima do valor crítico de 1,5 filhos. Contudo, a fecundidade média é ligeiramente diferenciada segundo o nível de ensino.

FIGURA 4
Fecundidade média realizada entre as
mulheres 45 a 49 anos, Portugal, 2013



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: os respetivos desvios padrão para as médias total, ensino básico, secundário e superior são: 0,86; 0,87; 0,82 e 0,84.

São as mulheres que possuem o ensino secundário que registam a menor fecundidade média e aquelas com um grau de instrução até ao básico as que possuem uma fecundidade média mais elevada. Como a intenção de ter (mais) filhos entre as mulheres com ensino secundário é apenas residual (2,3%), a sua fecundidade no termo do período reprodutivo deverá ser bastante próxima da fecundidade até então concluída.

Este padrão reprodutivo em forma de “U” (mais elevados níveis de fecundidade nos ensinos básico e superior) parece ser uma

11 Adota-se o conceito de fecundidade realizada definido por INE/FFMS (2014) e Mendes *et al.* (2015) – número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas até ao momento do inquérito.

tendência que se vem mantendo já há algum tempo, uma vez que Bongaarts (2003), ao fazer o mesmo exercício para as mulheres desta faixa etária (a partir da utilização de uma outra fonte de dados¹²), concluiu que em 2000 já se verificava tal tendência em Portugal. Adicionalmente, os resultados de Adsera (2006b) para a fecundidade em Espanha também apontavam para este padrão em forma de “U”, com os indivíduos com ensino secundário apresentando famílias de menores dimensões.

Contrapondo-se aos valores apresentados por Bongaarts (2003) relativamente ao ano de 2000, no qual a fecundidade média realizada pelas mulheres nesta faixa etária era igual a 2,2 filhos no ensino básico, 1,5 no ensino secundário e 1,7 filhos no ensino superior, constatámos o contínuo decréscimo do *quantum* da fecundidade na década mais recente (figura 4). Em particular, entre as mulheres com ensino básico a fecundidade média decresceu de 2,2 para 1,64 filhos, enquanto nos demais níveis de ensino a tendência de redução foi bem menos acentuada.

A análise do número de filhos desejados ao longo do período reprodutivo permite-nos desmistificar a ideia que associa os maiores capitais escolares com o desejo por descendências mais restritas ou por um estilo de vida menos voltado para a família (Cunha, 2005a; Heiland, Prskawtz e Sanderson, 2005). Por outro lado, parece que justamente pelo facto de as mulheres com ensino superior terem, na sua maioria (52%), contemplado um projeto parental mais ambicioso (três ou mais filhos), elas acabam por ser as mais atingidas pelo desfasamento entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada (quadro 5), confirmando-se o argumento de Morgan e Rackin (2010) de que, nas sociedades atuais, metas reprodutivas mais ambiciosas tornam-se mais improváveis de se concretizarem.

No exame do diferencial entre a fecundidade concretizada ao longo da vida reprodutiva e a fecundidade desejada (quadro 5) merecem destaque: a baixa proporção de mulheres que não desejaram o estatuto da maternidade (5,7%), a proporção das que desejaram apenas um filho (11,3%) e, sobretudo, o facto de a maioria destas mulheres ter uma fecundidade realizada inferior à desejada (52,5%), conquanto apenas 40% conseguiram atingir as suas metas reprodutivas.

Contudo, merece ressalva o facto de a fecundidade desejada ao longo da vida ser uma medida muito próxima da dimensão familiar ideal¹³ (INE/FFMS,

12 Os dados utilizados por Bongaarts (2003) são provenientes do *Fertility and Family Surveys in Europe*.

13 Entende-se por dimensão familiar ideal o conceito adotado por Testa (2007) e Mendes *et al.* (2015) que se refere ao número de filhos considerado ideal para uma família qualquer →

QUADRO 5

Distribuição percentual entre as mulheres 45 a 49 anos, segundo a fecundidade desejada ao longo da vida e o diferencial entre a fecundidade realizada e a fecundidade desejada, Portugal, 2013

		Até o básico (%)	Secundário (%)	Superior (%)	Total (%)
Fecundidade desejada ao longo da vida	Nenhum filho	5,5	6,5	5,7	5,7
	1 filho	13,0	10,5	6,6	11,3
	2 filhos	49,4	53,1	35,6	47,7
	3 ou+ filhos	32,1	29,9	52,1	35,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Diferencial entre fecundidade realizada e desejada	Realizada inferior à desejada	48,7	56,6	60,2	52,5
	Realizada igual à desejada	41,9	41,8	35,9	40,7
	Realizada superior à desejada	9,4	1,7	3,9	6,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE) Nota: foram excluídas as observações referentes a “Não sabe” ou “Não se aplica”.

2014) e, como tal, ser uma fecundidade a ser concretizada provavelmente apenas na ausência de restrições. Como lembrou Bongaarts (2002), num mundo ideal as mulheres poderiam ter quantos filhos desejassem, mas este não é caso da maioria dos países. Assim, provavelmente, a fecundidade desejada ao longo da vida, tal como os ideais reprodutivos, podem ser reavaliados ao longo do percurso reprodutivo e reajustados em baixa conforme as circunstâncias que os condicionam (Morgan, 1991; Qu, Weston e Kilmartin, 2000; Livi-Bacci 2001; McDonald, 2008).

Entre as mulheres que tiveram mais filhos do que desejaram verifica-se uma maior proporção entre aquelas com menor escolaridade, sinalizando na mesma direção apontada por Bongaarts (2003) de que, nas fases mais avançadas da transição da fecundidade, a proporção de nascimentos indesejados tende a ser mais elevada entre as mulheres com mais baixos níveis de instrução. Como nos mais elevados níveis de ensino verifica-se uma menor incidência para ultrapassar os planos reprodutivos iniciais, pode-se supor que maiores capitais escolares permitam um controlo mais eficaz sobre os percursos

→ ainda que não seja a sua, sendo que tais filhos podem ser (biológicos, adotados, enteados ou outros) conforme refere o INE/FFMS (2014).

reprodutivos. Adicionalmente, no ensino secundário – diante de uma menor preferência por descendências alargadas – parece haver uma maior vigilância contracetiva.

As mulheres com menor escolaridade são também aquelas que apresentam a maior preferência pelas descendências únicas: enquanto 13% destas reportaram uma fecundidade desejada (ao longo da vida) de apenas um filho, entre aquelas com ensino superior esta proporção reduz-se para metade (6,6%). No geral, são as mulheres com ensino superior que apresentam uma maior proporção pelo desejo por descendências mais alargadas (quadro 5).

A INFLUÊNCIA DOS VALORES PARENTAIS E DA IDADE MÉDIA À ENTRADA NA MATERNIDADE

Importa ainda compreender em que medida a fecundidade destas mulheres, que já dão por (praticamente) encerrada a sua carreira reprodutiva, terá sido influenciada pelos valores relativos à parentalidade, pela sua idade à saída do agregado parental de origem e entrada na maternidade e, ainda, em que medida o aumento dos capitais escolares terá influenciado a idade de entrada na maternidade.

Um fator comumente referido como relevante para as decisões reprodutivas relaciona-se com o fortalecimento da “posição” dos filhos no seio familiar. Esta maior valorização assenta numa fecundidade que toma em consideração as suas oportunidades futuras e que prima pelo seu bem-estar à custa do *quantum*, no que Becker e colegas (Becker, 1960; Becker e Lewis, 1974; Becker e Tomes, 1976) definiram como “*trade-off quantity by quality*”, analisada aqui como *compensação*: “é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos”.

Quanto aos ideais de fecundidade, embora estes não devam ser vistos como indicadores diretos da fecundidade, ao nível individual, eles continuam a integrar as decisões reprodutivas e o delineamento do *quantum* da fecundidade, indicando a direção em que se move o desejo de ter um maior ou um menor número de filhos (Maciel, 2015), sendo que ideais mais reduzidos podem conduzir a um declínio ainda mais profundo nos futuros níveis de fecundidade (Lutz, 2006; Sobotka, 2009).

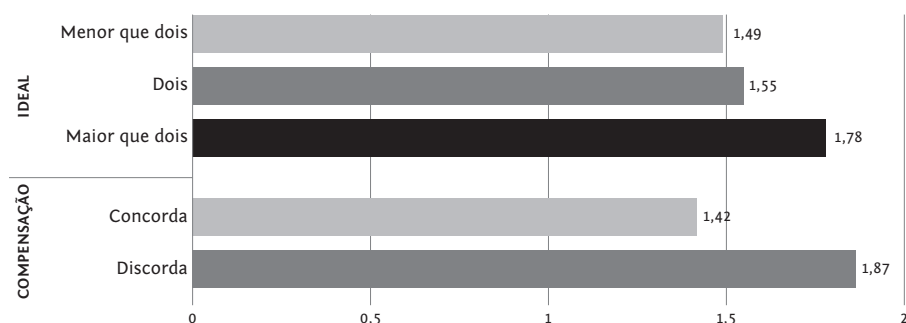
As mulheres que concordam ser preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições do que ter mais filhos (compensação) apresentam uma menor fecundidade média realizada, numa diferença de 0,45 filhos. Também se verifica que quanto menor for o número ideal de filhos para uma família, menor tende a ser o número médio de filhos. Enquanto as mulheres que reportam ideias mais alargadas (mais de dois filhos) têm em média 1,78

filhos, aquelas que referem ideais inferiores a dois filhos têm uma fecundidade média de apenas 1,49 filhos.

Verifica-se que nesta coorte de mulheres quanto mais tardia for a sua saída do agregado parental de origem, menor tende a ser a sua fecundidade média realizada (figura 6). As mulheres que mais cedo deixaram de residir com o

FIGURA 5

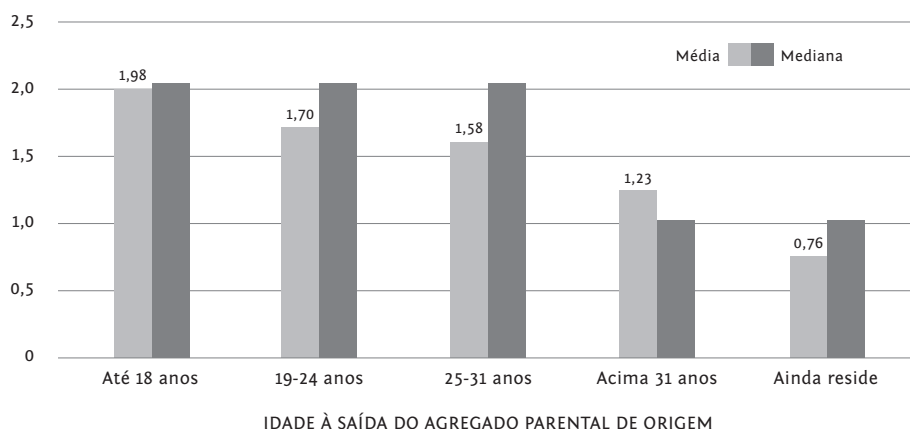
Fecundidade média realizada entre as mulheres 45 a 49 anos, segundo o número ideal de filhos para uma família e o concordar ou discordar com a “compensação”, Portugal, 2013



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: As medianas e respetivos desvios padrão para as médias do ideal menor que dois, igual a dois e maior que dois são: 1(1,07); 2(1,08) e 2(1,08). Para as que concordam com a compensação a mediana é de 1 filho (0,92) e para as que discordam a mediana é de 2 filhos (1,17).

FIGURA 6

Fecundidade média realizada entre as mulheres 45 a 49 anos, segundo sua saída do agregado parental de origem, Portugal, 2013



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: os respetivos desvios padrão são 1,48 (Até 18 anos); 0,83 (19-24 anos); 0,76 (25-31 anos); 0,75 (Acima 31 anos) e 0,89 (Ainda reside).

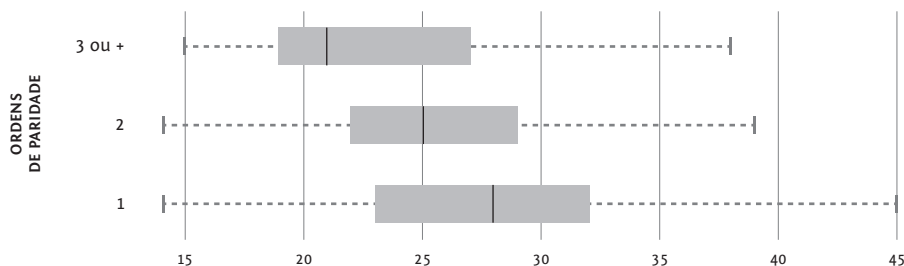
agregado de origem apresentam uma maior fecundidade média e as que mais tardiamente saíram e, principalmente, as que nunca deixaram de residir, apresentam uma menor fecundidade. Enquanto metade daquelas que deixaram o agregado parental de origem até aos 31 anos de idade conseguiram ter pelo menos dois filhos, das que o fizeram depois desta idade, ou nunca o fizeram, metade tem apenas um filho. Tais resultados apontam que a idade com que se deixou de residir com o agregado parental de origem é extremamente relevante nas questões relativas à fecundidade (Almeida *et al.*, 1998; Van de Kaa, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007; Mills *et al.*, 2011).

Quanto à idade de entrada na maternidade, entre as que tiveram apenas um filho, o nascimento deste ocorreu bastante mais tardiamente (cerca de 5,4 anos a mais) relativamente àquelas que já atingiram uma descendência de três ou mais filhos (figura 7). Enquanto metade das mulheres com descendências alargadas tiveram o seu primeiro filho até aos 21 anos de idade, entre aquelas com descendências únicas, metade foi mãe a partir dos 28 anos. Existe, assim, uma relação negativa entre a ordem de paridade e a idade ao nascimento do primeiro filho, confirmando-se que quanto mais tardia for a transição para a maternidade, menor tende a ser a fecundidade realizada (Barber, 2001; Adsera, 2006b; Frejka e Sobotka, 2008; McDonald, 2008; Billari e Kohler, 2009; Aassve, Goisis e Sironi, 2012; Buber, Panova e Dorbritz, 2012).

Assumindo-se que o atual nível de escolaridade seja igual ao que estas mulheres possuíam quando entraram na maternidade¹⁴, constata-se uma forte relação entre a idade à entrada na maternidade e o nível de escolaridade, sendo

FIGURA 7

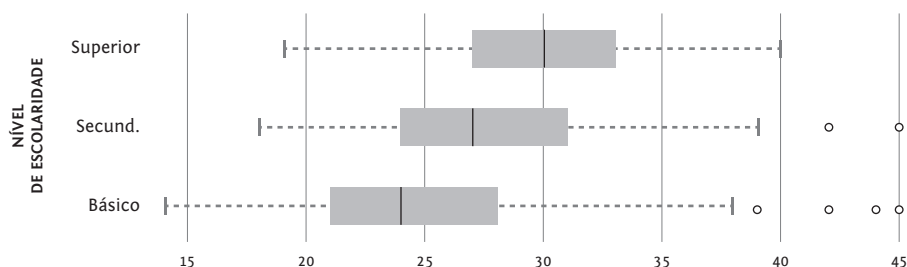
Idade (mediana) ao nascimento do primeiro filho, segundo as ordens de paridade (1, 2, 3 ou mais), entre as mulheres 45 a 49 anos, Portugal, 2013



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: as médias etárias e os respetivos desvios padrão para as paridades um filho, dois filhos e três ou+ filhos são respetivamente: 28,3 (5,98); 25,6 (4,81) e 22,9 (4,73).

14 O IFEC2013 não dispõe de dados sobre o nível de escolaridade na altura em que os indivíduos entraram na parentalidade.

FIGURA 8
Idade (mediana) ao primeiro filho, segundo o nível (atual) de escolaridade entre as mulheres 45 a 49 anos, Portugal, 2013



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: a idade média e respetivos desvios padrão da entrada na maternidade são: 24,6 (5,29) para o ensino básico; 27,2 (5,16) para o secundário e 30,2 (4,22) para o ensino superior.

que quanto maior for o nível de escolaridade mais tardia tende a ser a idade ao nascimento do primeiro filho (figura 8). Segundo Maciel (2015) e Mendes *et al.* (2015), esta parece ser uma tendência que se vem mantendo, uma vez que as suas análises apontam que entre as mulheres que estavam a realizar a sua transição para a maternidade em 2013, aproximadamente, 80% daquelas com ensino superior estavam a transitar depois dos 28 anos de idade, ao passo que as mulheres com menores níveis de ensino transitavam um pouco mais cedo.

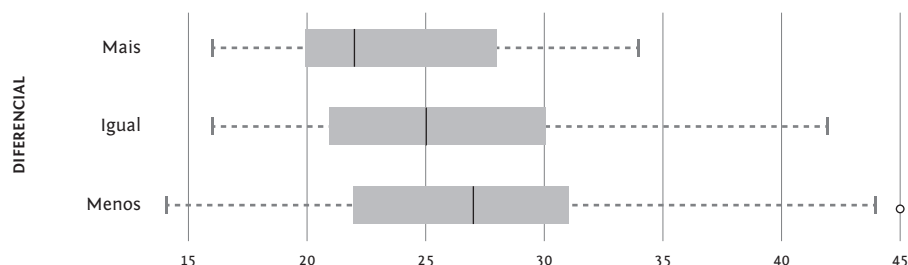
Tal como referem diversos autores (i.e., Adsera, 2006b; Sobotka, 2008; Spéder e Kapitány, 2009; Mills *et al.*, 2011), os níveis de educação mais elevados geralmente implicam um maior adiamento dos projetos parentais. Enquanto metade das mulheres com mais baixos capitais escolares se tornaram mães antes dos 24 anos (figura 8), no ensino superior metade delas fizeram-no a partir dos 30 anos e no ensino secundário depois dos 27 anos. Merece ainda referência o facto de que entrar na maternidade em idades a partir dos 40 anos é bastante incomum.

Tendo-se verificado anteriormente que uma fração considerável desta coorte de mulheres não conseguiu atingir a sua fecundidade desejada ao longo do curso de vida (quadro 5) e que estas proporções eram maiores nos níveis de ensino mais elevados, importa ainda questionar em que medida o diferencial entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada se encontra influenciado pela idade média da entrada na maternidade.

Ao analisar a concretização das metas reprodutivas (fecundidade desejada ao longo da vida) segundo a idade ao nascimento do primeiro filho (figura 9), constata-se que aquelas que tiveram uma fecundidade inferior à desejada

FIGURA 9

Idade (mediana) ao nascimento do primeiro filho, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada ao longo da vida e a fecundidade concluída, entre as mulheres 45 a 49 anos, Portugal, 2013



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: as médias etárias e os respectivos desvios padrão para quem teve mais, teve igual e teve menos são respetivamente: 23,5 (5,0); 25,4 (5,23) e 27,0 (5,65).

tiveram o seu primeiro filho, em média, aos 27 anos de idade. Já entre as que conseguiram concretizar os seus planos reprodutivos tal idade foi de 25,4 anos e para aquelas que ultrapassaram as suas metas iniciais esta idade foi de 23,4 anos, sendo que metade destas últimas tiveram o seu primeiro filho antes dos 22 anos. Conclui-se, então, que o forte adiamento da fecundidade, uma das premissas centrais da STD (Bongaarts, 1998; Lesthaeghe, 2010; Sobotka, 2008), tem desempenhado um importante papel não apenas no declínio momentâneo da fecundidade (Balbo, Billari e Mills, 2012), mas também na fecundidade final das coortes.

Tendo-se confirmado que o adiamento da maternidade tem sido protagonizado nomeadamente pelos indivíduos mais escolarizados (Cunha, 2012a), resta interrogar por que são as mulheres com ensino secundário as que apresentam as menores taxas de fecundidade e não aquelas com ensino superior, que são justamente as que tendem a entrar mais tardiamente na maternidade. A resposta a esta questão parece relacionar-se com o espaçamento entre os nascimentos dos filhos.

Por um lado, as mulheres com ensino básico apesar de espaçarem mais o intervalo entre o nascimento do primeiro e do segundo filho (e em certa medida também o intervalo entre o primeiro e o terceiro filho), por terem iniciado a sua carreira reprodutiva mais precocemente (quadro 6), ainda conseguem ter uma fecundidade média superior aos demais níveis de ensino (ver figura 4).

Quanto às mulheres com ensino superior, apesar de entrarem na maternidade mais tardiamente, elas demonstram uma maior habilidade para reduzir o espaçamento entre os nascimentos, sendo mais curta a distância que separa

QUADRO 6

Espaçamento médio entre o 1º e o 2º nascimento e, entre o 1º e o 3º nascimento, segundo o nível de escolaridade (mulheres 45 a 49 anos), Portugal, 2013

		Ensino básico	Secundário	Superior
Intervalo entre o 1.º e o 2.º nascimento (anos)	Mediana	5,0	4,0	4,0
	Média	5,5	5,4	5,0
	Desvio padrão	3,5	3,6	3,0
Intervalo entre o 1.º e o 3.º nascimento (anos)	Mediana	8,0	9,0	6,0
	Média	9,2	8,5	5,9
	Desvio padrão	4,8	3,0	2,4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

um nascimento do seguinte, como também concluiu Adsera (2006b, 2011a) nas suas análises para a Espanha – o que explicaria a sua maior fecundidade relativamente àquelas com capitais intermédios, bem como o padrão reprodutivo em forma de “U” em função dos níveis de escolaridade.

Já as mulheres com ensino secundário, apesar de terem entrado na maternidade mais tardiamente do que aquelas com ensino básico, tendem a dilatar o intervalo de tempo entre nascimentos a níveis próximos dos verificados no ensino básico. Considerando a mediana do espaçamento entre o primeiro e o terceiro nascimento, verifica-se que metade das mulheres com ensino básico foram capazes de concretizar os três nascimentos em 8 anos, ao passo que aquelas com ensino secundário só o fizeram em 9 anos. E ainda, embora as mulheres com ensino secundário tenham entrado cerca de 3 anos mais cedo na maternidade relativamente àquelas com ensino superior, como espaçaram mais os nascimentos dos filhos, a sua fecundidade média concluída acaba por ser um pouco inferior a destas últimas.

Se considerarmos o nível de escolaridade como *proxy* para o nível de rendimento (Adsera, 2006b; Spéder e Kapitány, 2009; Mills, 2010; Mills *et al.*, 2011; Aassve, Goisis e Sironi, 2012) parece, assim, que as mulheres com ensino superior por terem um maior potencial de ganhos e uma maior capacidade de suportar os custos de um nascimento adicional, quando comparadas àquelas com ensino secundário, conseguiram reduzir mais o espaçamento entre nascimentos, terminando o seu período reprodutivo com uma fecundidade superior àquela apresentada por suas homólogas com o ensino secundário, mas todavia inferior à das que possuem o ensino básico – cuja entrada na maternidade foi bem mais precoce.

CONCLUSÕES

A seleção deste conjunto de mulheres, nascidas entre 1964 e 1968, permite uma análise da descendência média, fecundidade (quase) final. Esta análise é totalmente distinta da habitual, que se centra na fecundidade observada no momento, para todas as idades férteis, e que assume que todas as mulheres terão um comportamento idêntico até ao final da sua vida reprodutiva. Assim, as conclusões do estudo remetem-nos para a realidade das gerações e não apenas para o impacto na fecundidade do momento.

A principal contribuição do estudo para o avanço do conhecimento, para além do que já foi publicado com base nos dados do IFEC2013, está diretamente relacionada com o facto de podermos considerar os resultados desta análise por coorte, o que permitiu representar a fecundidade média da mulher portuguesa no final dos seus anos férteis, livre das distorções do *tempo*, dada a sua fraca intenção de naquelas idades (ainda) virem a ter (mais) filhos.

Ao longo das últimas décadas, em simultâneo com a gradual redução das ordens de paridade iguais ou superiores a três filhos temos vindo a assistir a um progressivo aumento da idade média à entrada na maternidade, com efeitos não só sobre o ISF de momento mas também sobre a fecundidade final das coortes. Ao que tudo indica, estes consecutivos adiamentos são, em grande parte, os principais responsáveis pela fecundidade renunciada, já que boa parte dos nascimentos adiados não foram totalmente recuperados nas idades mais tardias.

Deste modo, ainda que a maternidade permaneça largamente desejada, e na maioria das vezes alcançada, os nossos resultados evidenciam que a proporção de mulheres que ao fim dos seus anos férteis conquista o “estatuto” da maternidade é inferior à daquelas que o desejaram. Desta forma, concluímos que nem sempre a ausência de filhos pode resultar do desejo de construir um projeto de vida à margem da parentalidade, podendo ser antes o resultado de possíveis e contínuos adiamentos. De igual forma, verificámos que as descendências de filho único nem sempre resultam de um desejo deliberado, podendo resultar também de consecutivos adiamentos e de uma maior relutância de ter filhos em idades mais tardias. Com base neste cenário, o prognóstico para os anos vindouros é de que a infecundidade, assim como descendências de filho único, presumivelmente possam vir a aumentar.

Quanto à influência da educação, observa-se que entre as mulheres com ensino superior, face à sua entrada mais tardia na maternidade e apesar da sua maior habilidade para reduzir o espaçamento entre nascimentos, como os seus projetos parentais tendem a ser mais ambiciosos, elas acabam por ser

mais afetadas pelo desfasamento entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada, confirmando-se que, nas sociedades atuais, metas reprodutivas mais ambiciosas tornam-se mais improváveis de se realizarem.

E ainda relativamente à influência do grau de instrução, podemos antecipar que no caso particular das mulheres com ensino superior, marcadas por uma menor adesão ao projeto das descendências únicas e por uma maior capacidade para encurtar a distância que separa um nascimento do outro, é possível que nos anos vindouros haja uma ligeira inversão do padrão reprodutivo conforme os níveis de escolaridade e que estas mulheres possam vir a ter uma fecundidade concluída superior àquela apresentada pelas detentoras do ensino básico, cuja adesão ao projeto do filho único tende a ser mais acentuada. Quanto às mulheres com ensino secundário – apesar da forte adesão à descendência normativa de dois filhos – tendo em consideração a entrada relativamente tardia na maternidade e dada a menor aptidão para reduzir o espaçamento entre nascimentos, possivelmente manter-se-á a tendência para apresentarem uma menor fecundidade concluída relativamente às restantes, possuidoras de qualquer um dos demais níveis de ensino.

Em síntese, na medida em que os nossos resultados demonstram que a proporção de mulheres que renunciaram aos seus projetos parentais (parcial ou totalmente) é mais elevada do que a proporção daquelas cujos planos não incluía a presença de filhos ou incluía apenas um filho, as distorções demográficas provocadas pelo adiamento da fecundidade poderão ter um impacto considerável não apenas nos níveis da fecundidade de momento, mas também na fecundidade final das coortes.

Ao que tudo indica, estes consecutivos adiamentos são, em grande parte, os principais responsáveis pela fecundidade renunciada, já que boa parte dos nascimentos adiados não foram totalmente recuperados nas idades mais tardias. Donde resulta, finalmente, que o adiamento da fecundidade possui ainda efeitos tanto sobre o *tempo* como sobre o *quantum* da fecundidade final das gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AASSVE, A., GOISIS, A., SIRONI, M. (2012), "Happiness and childbearing across Europe". *Social Indicators Research*, 108 (1), pp. 65-86.
- ADSERA, A. (2005), "Vanishing children: from high unemployment to low fertility in developed countries". *American Economic Review*, 95 (2), pp. 189-193.
- ADSERA, A. (2006a), "An economic analysis of the gap between desired and actual fertility: The case of Spain". *Review of Economics of the Household*, 4 (1), pp. 75-95.
- ADSERA, A. (2006b), "Marital fertility and religion in Spain, 1985 and 1999". *Population Studies*, 60 (2), pp. 205-221.
- ADSERA, A. (2011a), "Where are the babies? Labor market conditions and fertility in Europe". *European Journal of Population*, 27 (1), pp. 1-32.
- AJZEN, I., KLOBAS, J. (2013), "Fertility intentions: An approach based on the theory of planned behaviour". *Demographic Research*, 29 (8), pp. 203-232.
- ALMEIDA, A. N. et al. (1998), "Relações familiares: mudanças e diversidade". In J. Viegas & A. F. Costa (eds.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-79.
- BALBO, N., BILLARI, F. C., MILLS, M. (2012), "Fertility in advanced societies: a review of research". *European Journal of Population*, 29 (1), pp. 1-38.
- BARBER, J. S. (2001), "Ideational influences on the transition to parenthood: attitudes towards childbearing and competing alternatives". *Social Psychology Quarterly*, 64 (2), pp. 101-127.
- BAUMAN, Z. (2004), *Amor Líquido: sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. 1.ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda.
- BECKER, G. S. (1960), *An Economic Analysis of Fertility, Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Princeton, National Bureau of Economic Research, pp. 209-231.
- BECKER, G. S., LEWIS, H. G. (1974), "Interaction between quantity and quality of children". In T. W. Schultz (ed.), *Economics of the Family: Marriage, Children and Human Capital*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 81-90.
- BECKER, G. S., TOMES, N. (1976), "2Child endowments and the quantity and quality of children". *Journal of Political Economy*, 84 (4), pp. S143-S162.
- BERRINGTON, A. (2004), "Perpetual postponers? Women's, men's and couple's fertility intentions and subsequent behaviour". *Population Trends*, 117, pp. 10-19.
- BILLARI, F. C. (2004), "Choices, opportunities and constraints of partnership, childbearing and parenting: the patterns in the 1990s". Background paper for the European Population Forum 2004, United Nations, Geneva. Disponível em http://www.unece.org/fileadmin/DAM/pau/_docs/pau/2004/PAU_2004_EPF_BgDocBillari.pdf, [consultado em 17-09-2010].
- BILLARI, F. C., KOHLER, H-P. (2002), "Patterns of lowest-low fertility in Europe". MPIDR working paper WP-2002-040. Rostock, Germany, Max Planck Institute for Demographic Research, pp. 1-31.
- BILLARI, F. C., KOHLER, H-P. (2009), "Fertility and happiness in the XXI century: institutions, preferences, and their interactions". Paper presented at the XXVI IUSSP International Population Conference, Marrakesh, Morocco, September 27– October 2. Disponível em <http://iussp2009.princeton.edu/papers/93347>, [consultado em 12-12-2012].
- BONGAARTS, J. (1998), "Fertility and reproductive preferences in post-transitional societies". Population Council Policy Research Division, Working Paper N.º 114.
- BONGAARTS, J. (2002), "The end of the fertility transition in the developed world". *Population and Development Review*, 28 (3), pp. 419-443.

- BONGAARTS, J. (2003), "Completing the fertility transition in the developing world: the role of educational differences and fertility preferences". Population Council Policy Research Division, Working Paper 177.
- BONGAARTS, J., FEENEY, G. (1998), "On the quantum and Tempo of Fertility". *Population and Development Review*, 24 (2), pp. 271-291.
- BONGAARTS, J., SOBOTKA, T. (2012), "A demographic explanation for the recent rise in European fertility". *Population and Development Review*, 38 (1), pp. 83-120.
- BUBER, I., PANOVA, R., DORBRITZ, J. (2012), "Fertility intentions of highly educated men and women and the rush hour of life". VID Working Papers 8/2012. Vienna Institute of Demography, pp. 1-28.
- CUNHA, V. (2005a), "A Fecundidade das famílias". In K. Wall (ed.), *Famílias em Portugal – Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 395-464.
- CUNHA, V. (2005b), "As Funções dos filhos na família". In K. Wall (ed.), *Famílias em Portugal – Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 465-497.
- CUNHA, V. (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CUNHA, V. (2012a), "Trajetórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade". In *Atas VII Congresso Português de Sociologia, Sociedade, Crise e Reconfigurações*, Porto, pp. 1-11.
- CUNHA, V. (2012b), "As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade". In *Roteiros do Futuro – Conferência "Nascer em Portugal"*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional, Casa da Moeda, pp. 131-143.
- DALLA ZUANNA, G. (2001), "The banquet of Aeolus: A familistic interpretation of Italy's lowest low fertility". *Demographic Research*, 4 (5), pp. 133-162.
- DOWNWY, D. B. (1995), "When bigger is not better: family size, parental resources, and children's educational performance". *American Sociological Review*, 60 (5), pp. 746-761.
- EASTERLIN, R. (1976), "The conflict between aspirations and resources". *Population and Development Review*, 2 (3), pp. 417-426.
- FREJKA, T. (2008), "Overview Chapter 2: Parity distribution and completed family size in Europe: Incipient decline of the two-child family model?". *Demographic Research*, 19 (1), pp. 47-72.
- FREJKA, T., SOBOTKA, T. (2008), "Overview Chapter 1: Fertility in Europe: Diverse, delayed and below replacement". *Demographic Research*, 19 (1), pp. 15-46.
- GAUTHIER, A. H., SMEEDENG, T. M., FURSTENBERG, F. Jr. (2004), "Are parents investing less time in children? Trends in selected industrialized countries". *Population and Development Review*, 30 (4), pp. 647-671.
- GIDDENS, A. (2006), *O Mundo na Era da Globalização* (6.ª ed.), Lisboa, Editorial Presença.
- GOLDIN, C. (2006), "The quiet revolution that transformed women's employment, education, and family". *American Economic Review*, 96 (2), pp. 1-21.
- GOLDSTEIN, J. R., T. SOBOTKA, A. JASILIONIENE (2009), "The end of lowest-low fertility?". *Population and Development Review*, 35 (4), pp. 663-699.
- GUERREIRO, M. D., ABRANTES, P. (2007), *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- HAKIM, C. (2003), "A new approach to explaining fertility patterns: Preference Theory". *Population and Development Review*, 29 (3), pp. 349-374.

- HAKIM, C. (2008), "Diversity in tastes, values, and preferences: comment on Jonung and Ståhlberg". *Econ Journal Watch*, 5 (2), pp. 204-218.
- HEILAND, F., PRSKAWTZ, A., SANDERSON, W.C. (2005), "Do more educated individuals prefer smaller families". Vienna institute of demography working papers, WP 03/2005, pp. 1-39.
- HUMAN FERTILITY DATABASE. Max Planck Institute for Demographic Research (Germany) and Vienna Institute of Demography (Austria). Disponível em www.humanfertility.org (data downloaded on [From February 2012 updated several times until June 2015]).
- HUMAN FERTILITY DATABASE. Method protocol Max Planck Institute for Demographic Research (Germany) and Vienna Institute of Demography (Austria). Disponível em www.humanfertility.org.
- INE (2013), "Inquérito à fecundidade. Documento metodológico". Versão 1.0. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE/FFMS (2014), "Inquérito à Fecundidade 2013". Instituto Nacional de Estatística e Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=211350998&DESTAQUESmodo=2.
- JOHANSSON, S. (1997), "Fertility and family history: using the past to explain the present". *Population and Development Review*, 23 (3), pp. 627-637.
- KIRK, D. (1996), "Demographic Transition Theory". *Population*, 50 (3), pp. 361-387.
- KOHLER, H-P., BILLARI, F.C., ORTEGA, J.A. (2002), "The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s". *Population and Development Review*, 28 (4), pp. 641-680.
- KOHLER, H-P., BILLARI, F.C., ORTEGA, J.A. (2006), "Low Fertility in Europe: Causes, Implications and Policy Options". In F.R. Harris (ed.), *The Baby Bust: Who will do the Work? Who Will Pay the Taxes?* Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, pp. 48-109.
- LESTHAEGHE, R. (2010), "The unfolding story of the second demographic transition". *Population and Development Review*, 36 (2), pp. 211-251.
- LESTHAEGHE, R., WILLEMS, P. (1999), "Is low fertility a temporary phenomenon in the European Union?". *Population and Development Review*, 25 (2), pp. 211-228.
- LIVI-BACCI, M. (2001), "Comment: desired family size and the future of fertility". *Population and Development Review*, 27 (supplement), pp. 282-289.
- LUTZ, W. (2006), "The future of human reproduction: will birth rates recover or continue to fall?". *Ageing Horizons*, 7, pp. 15-21.
- MACIEL, A. (2015), *Baixa Fecundidade: Adaptação Tardia às Mudanças Estruturais ou Consoidação da Preferência por Famílias de Reduzidos Padrões*. Tese de doutoramento, Évora, Departamento de Sociologia, Universidade de Évora, (in press).
- MCDONALD, P. (2008), "Very low fertility: consequences, causes and policy approaches". *The Japanese Journal of Population*, 6 (1), pp. 19-23.
- MENDES, M. F. (1987), "Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o custo económico da criança". *Análise Social*, XXIII (96), pp. 311-332.
- MENDES, M. F. (2012), "Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política". In *Roteiros do Futuro – Conferência "Nascer em Portugal"*, Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 91-109.
- MENDES, F. et al. (2015), "Determinantes da Fecundidade em Portugal", Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/18754>.
- MERZ, E.-M., LIEFBROER, A. C. (2010), "Attitudes about voluntary childlessness across Europe: the role of individual and cultural factors". Paper presented at the European Population

- Conference, Vienna, 1-4 September 2010, Viena, Áustria. Disponível em <http://epc2010.princeton.edu/papers/100717>, [consultado em 22-2-2012].
- MILLS, M. (2010), "Gender roles, gender (in)equality and fertility: an empirical test of five gender equity indices". *Canadian Studies in Population*, 37 (3-4), pp. 445-474.
- MILLS, M. et al. (2011), "Why do people postpone parenthood? Reason and social policy incentives". *Human Reproduction Update*, 17 (6), pp. 848-860.
- MORGAN, S. P. (1991), "Late nineteenth- and early twentieth-century childlessness". *American Journal of Sociology*, 97 (3), pp. 779-807.
- MORGAN, S. P., RACKIN, H. (2010), "The correspondence between fertility intentions and behavior in the United States". *Population and Development Review*, 36 (1), pp. 91-118.
- OLIVEIRA, I. T. (2012), "A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento". In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional, Casa da Moeda, pp. 111-128.
- PHILIPPOV, D. (2009), "The effect of competing intentions and behaviour on short-term childbearing intentions and subsequent childbearing". *European Journal of Population*, 25 (4), pp. 525-548.
- POPULATION REFERENCE BUREAU (2013), "World Population Data Sheet". Disponível em http://www.prb.org/pdf13/2013-population-data-sheet_eng.pdf [consultado em 18-10-2013].
- QU, L., WESTON, R., KILMARTIN, C. (2000), "Children? No children? Effect of changing personal relationships on decisions about having children". *Family Matters*, 57, pp. 14-19.
- REHER, D. S. (1998), "Family ties in Western Europe: persistent contrasts". *Population and Development Review*, 24 (2), pp. 203-234.
- ROWLAND, D. T. (1998), "Cross-national trends in childlessness". Working papers in Demography 73, Australian National University. Disponível em <https://digitalcollections.anu.edu.au/bitstream/1885/41466/4/73.pdf>, [consultado em 30-07-2014].
- ROWLAND, D. T. (2007), "Historical trends in childlessness". *Journal of Family Issues*, 29 (19), pp. 1311-1337.
- SOBOTKA, T. (2004), "Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing?". *Population and Development Review*, 30 (2), pp. 195-220.
- SOBOTKA, T. (2008), "The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe". *Demographic Research*, 19 (8), pp. 171-224.
- SOBOTKA, T. (2009), "Sub-replacement fertility intentions in Austria". *European Journal of Population*, 25 (4), pp. 387-412.
- SPÉDER, Z., KAPITÁNY, B. K. (2009), "How are time-dependent childbearing intentions realized? Realization, postponement, abandonment, bringing forward". *European Journal of Population*, 25 (4), pp. 503-523.
- SURKIN, J., LESTHAEGHE, R. (2004), "Value orientations and the Second Demographic Transition (STD) in Northern, Western and Southern Europe: an update". *Demographic Research Special Collection*, 3 (3), pp. 45-86.
- TESTA, M. R. (2007), "Childbearing preferences and family issues in Europe: evidence from the Eurobarometer 2006 survey". *Vienna Yearbook of Population Research 2007*, pp. 357-379.
- VAN DE KAA, D. J. (2002), "The idea of a Second Demographic Transition in industrialized countries". Paper presented at the Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security, Tokyo, Japan, 29 January 2002. Disponível em http://www.ipss.go.jp/webj-ad/webjournal.files/population/2003_4/kaa.pdf, [consultado em 14-12-2010].

- WESTON, R., QU, L. (2001), "Men's and women's reasons for not having children". *Family Matters*, 58, 10-15.
- WILSON, C. (2013), "Thinking about post-transitional demographic regimes: A reflection". *Demographic Research*, 28 (46), 1373-1388.

Recebido a 02-08-2016. Aceite para publicação a 27-09-2017.

MACIEL, A., MENDES, M. F., FREITAS, R. (2018), "A fecundidade (quase) final das mulheres residentes em Portugal e nascidas entre 1964 e 1968 – uma análise por coorte". *Análise Social*, 228, LIII (3.º), pp. 624-651.

Andréia Maciel » abfmaciel@fa.uevora.pt » CIDEHUS.UÉ, Universidade de Évora » Palácio do Vimioso, Largo do Marquês de Marialva, n.º 8, Apartado 94 — 7000-809 Évora, Portugal.

Maria Filomena Mendes » mmendes@uevora.pt » CIDEHUS.UÉ, Universidade de Évora » Palácio do Vimioso, Largo do Marquês de Marialva, n.º 8, Apartado 94 — 7000-809 Évora, Portugal.

Rita Freitas » rfreitas@uevora.pt » CIDEHUS.UÉ, Universidade de Évora » Palácio do Vimioso, Largo do Marquês de Marialva, n.º 8, Apartado 94 — 7000-809 Évora, Portugal.
